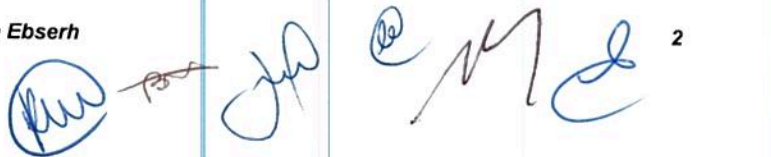


**ATA DA 34ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA
BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – Ebserh****NIRE: 5350000473-4****CNPJ 15.126.437/0001-43**

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 7º Andar, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública, com sede em Brasília, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 3º pavimento, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, encontrando-se presentes os seguintes Conselheiros: Luiz Cláudio Costa, Presidente; Jeane Liliane Marlene Michel, Presidente em exercício da Ebserh; Ana Paula do Rego Menezes, representante do Ministério da Saúde (MS); Romeu Weliton Caputo, representante do Ministério da Educação (MEC); Bruno Moretti, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Natalino Salgado Filho, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); registrada a ausência justificada do Conselheiro Fausto Pereira dos Santos, representante do MS. Encontravam-se presentes também Cristiano Cabral, Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação; Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque, Diretor de Administração e Infraestrutura; Walmir Gomes de Sousa, Diretor de Controladoria e Finanças; Luiz Roberto Moselli, Diretor de Gestão de Pessoas Substituto; Luiz Vicente Borsa Aquino, Coordenador de Gestão Integrada; Wesley Cardoso dos Santos, Consultor Jurídico; Gil Pinto Loja Neto, Auditor Geral; Gislane Ladeia Boa Sorte Borges, Analista Administrativa da Coordenadoria de Gestão Integrada; Karen Tiemi Ueda, Analista Administrativa do Gabinete da Presidência; e, na secretaria dos trabalhos, Iára César Pereira Guerra, Secretária Geral, todos da Ebserh, para tratar da seguinte pauta: 1) Leitura, aprovação e assinatura da ata da 33ª reunião; 2) Informes; 3) Planejamento das demissões de funcionários precarizados nos HUFs; 4) Orçamento para contratações de pessoal da Ebserh; e 5) Recomposição da remuneração dos Conselheiros e Diretores. O Presidente cumprimentou a todos e iniciou a reunião agradecendo ao colegiado pela anuência em relação à alteração da data da reunião, inicialmente marcada para o dia 25 de março. Na sequência, o Presidente indagou sobre a concordância em relação à pauta; a Presidente em exercício da Ebserh solicitou a retirada do item 5, o que



recebeu a concordância de todos. Na sequência, pelo item 1, fez-se a leitura, aprovação e assinatura da ata da 33ª reunião. Em seguida, foram feitos os informes, item 2 da pauta; o Presidente do Conselho iniciou informando sobre a definição do novo Ministro de Estado da Educação, senhor Renato Janine Ribeiro, cuja posse deve ocorrer no dia 6 de abril; até lá, o Secretário Executivo do MEC estará como Ministro interino, permanecendo, após a posse, à frente da Secretaria Executiva. O Presidente do Conselho comentou, ainda, que já falou a respeito da Ebserh ao novo Ministro, considerando a importância estratégica da Empresa para as áreas de educação e saúde; por oportuno, agradeceu à Diretoria Executiva pelo trabalho desenvolvido, nos últimos meses, no que pese a indefinição provisória quanto à Presidência. Prosseguindo, a Presidente em exercício da Ebserh, informou sobre a participação da Empresa na reunião da Andifes, realizada no dia 25 de março, para discutir com reitores de Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) proposta de regularização das demissões do pessoal das fundações de apoio das universidades, atendendo-se a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta foi desenvolvida pela Diretoria de Controladoria e Finanças (DCF) da Ebserh juntamente com a Secretaria Executiva Adjunta do MEC, buscando-se estabelecer um modelo de autofinanciamento, por meio do qual será possível concluir a demissão do pessoal precarizado de 10 (dez) Hospitais Universitários Federais (HUFs) filiais da Empresa até o fim de 2015. A Presidente em exercício pontuou que já existem avanços nesse sentido, considerando que 11 (onze) hospitais não têm mais, em seus quadros de pessoal, nenhum funcionário contratado sob vínculo precário; esses HUFs, somados aos 10 (dez) do planejamento de 2015, totalizarão 21 (vinte e uma) filiais sem funcionários das fundações de apoio até o fim deste ano. A Presidente em exercício da Ebserh ponderou também que as demissões ocorrerão concomitantemente à contratação de empregados concursados, e que toda a proposta será melhor detalhada na abordagem do item 3 da pauta; comentou, por fim, que a receptividade dos reitores, na reunião da Andifes, foi positiva e que o projeto proposto representa um aprimoramento nas relações com os órgãos de controle. O Conselheiro representante da Andifes corroborou a colocação da Presidente em exercício da Ebserh, reforçando que a participação da Empresa foi, de fato, bastante produtiva, para dirimir dúvidas, preocupações e questionamentos dos reitores, particularmente no contexto de situações de transição que estão sendo vivenciadas em muitas Ifes. O Conselheiro afirmou também que a publicação da Portaria nº 208, de 13 de março de 2015, do MEC trouxe mais segurança jurídica à questão, pois determinou aos HUFs a elaboração de planos de trabalho referentes à substituição de seu pessoal precarizado; o Conselheiro pontuou, por fim, que os reitores



2


manifestaram preocupação com a situação de contingenciamento financeiro-orçamentário e suas decorrências, particularmente em 2015, que tem afetado os órgãos governamentais. Por oportuno, o Presidente do Conselho aproveitou o ensejo para esclarecer alguns pontos sobre orçamento e políticas governamentais; afirmou que, em 2015, será necessário efetuar determinados ajustes para se delinear perspectivas futuras de expansão e crescimento; comentou que os indicadores macroeconômicos do país mostram um Brasil consistente; e, no que pesem as dificuldades orçamentárias atuais, os programas estruturantes serão preservados. Outro informe da Presidência da Ebserh foi sobre reunião com a Secretaria de Gestão Pública (Segep) do MPOG, para tratar da cessão de servidores sob o Regime Jurídico Único (RJU) para os HUFs; a Secretaria está trabalhando o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) para processar informações de modo que a Ebserh possa fazer a gestão de todo o pessoal dos hospitais, enquanto as Ifes realizam o pagamento dos respectivos funcionários cedidos. Nessa reunião, foi discutida também a questão do pagamento de Adicional de Plantão Hospitalar (APH) nas filiais da Empresa. Prosseguindo nos informes da Presidência da Empresa, comunicou-se sobre a existência de comissão composta por Superintendentes dos HUFs e por representantes da Sede, que estão trabalhando em um modelo-padrão de Regimento Interno para as filiais da Ebserh, com o cuidado de deixar claro e pacificado com as reitorias das Ifes que as atividades acadêmicas existentes nos hospitais sempre serão prerrogativa das universidades. Finalizando seus informes, a Presidente em exercício da Ebserh comentou sobre o início da segunda etapa do projeto de qualificação das filiais da Empresa, junto ao Hospital Sírio-Libanês (HSL), a partir de 15 de abril, em São Paulo/SP; lembrou que a segunda fase está sendo financiada com recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS) do MS; serão capacitados gestores de 15 (quinze) HUFs, durante 8 (oito) meses, tendo como resultado principal, tal como na primeira etapa, a elaboração dos Planos Diretores Estratégicos (PDEs) dos hospitais. A Presidente em exercício da Ebserh afirmou que o projeto junto ao HSL representa medida em consonância com as diretrizes do Governo Federal, no contexto do contingenciamento financeiro-orçamentário atual, pois, além de o trabalho de planejamento ser fundamental, os PDEs permitem visualizar, com maior clareza, os investimentos necessários e prioritários para os HUFs, além de constituírem instrumento de eficiência, buscando melhor assistência com menor custo. Pontuou-se, por fim, que a apresentação habitual referente ao quadro de pessoal atualizado da Empresa será feita quando da abordagem do item 4 da pauta. Em seguida, passou-se ao item 3 da pauta, a respeito do planejamento das

demissões de funcionários precarizados nos HUFs, complementarmente ao informe apresentado pela Presidente em exercício da Ebserh. A Coordenadoria de Gestão Integrada (CGI) da Empresa iniciou informando que a proposta foi elaborada juntamente com a Secretaria Executiva Adjunta do MEC e os principais marcos relativos ao assunto são: a publicação da Portaria nº 208 do MEC, de 13 de março de 2015, conforme anteriormente citado; o prazo para a elaboração do Plano de Desligamento, estabelecido para 17 de abril de 2015; e o prazo para extinção dos vínculos precários em 12 (doze) HUFs, estabelecido para até 31 de dezembro de 2015. Informou-se que esses 12 (doze) hospitais já contrataram empregados efetivos concursados, porém ainda possuem pessoal contratado pelas fundações de apoio das Universidades e são custeados por recursos oriundos da contratualização SUS; nessas filiais, estima-se que haja 5.333 (cinco mil, trezentos e trinta e três) funcionários precarizados; a proposta é que as rescisões desse pessoal ocorram no período de 9 (nove) meses, com início em abril e conclusão em dezembro de 2015, perfazendo uma média de 592 (quinhentos e noventa e duas) demissões por mês. A Presidente em exercício esclareceu tratar-se de um processo que já vinha ocorrendo gradualmente, mas que agora teve de assumir ritmo mais célere e com prazo para conclusão. O custo médio estimado para a concretização dessa proposta é de aproximadamente R\$ 10 milhões (dez milhões de reais) mensais, sendo necessário, portanto, um aporte de cerca de R\$ 90 milhões (noventa milhões de reais) até o fim de 2015; esses recursos serão destinados para despesas de custeio dos hospitais, como a aquisição de insumos; destarte, os recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) e da contratualização SUS seriam utilizados para o pagamento da folha de pessoal e para as rescisões gradativas dos HUFs. O Conselheiro representante do MPOG solicitou, então, que sejam apresentadas as seguintes informações: quantitativos de pessoal admitidos e desligados da Empresa, e aportes de recursos de custeio dos hospitais. Prosseguindo, a CGI pontuou que usou como base um plano de demissões elaborado pelo Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); que estão sendo estabelecidos contatos com as fundações de apoio para obter informações fidedignas e fazer todos os cálculos necessários; ponderou-se, ainda, que os desligamentos não ocorrerão de uma vez, devendo ser analisados caso a caso, considerando as particularidades existentes. A ideia é buscar uma solução estruturante para a questão, juntamente com o MEC, o MPOG e os órgãos de controle, em conformidade com o disposto nos Acórdãos do TCU; para isso, foi instituído Grupo de Trabalho (GT) com representantes das áreas jurídicas do MEC e da Ebserh, da Secretaria Executiva Adjunta do MEC, da CGI da Ebserh, além de dois

4

advogados celetistas; os trabalhos do GT, para estudos de rescisão, estão sendo desenvolvidos com participação das Ifes, cujas reitorias fizeram indicações de representantes. Após análises e esclarecimento de dúvidas, o colegiado manifestou preocupação também com relação aos demais tipos de vínculos precários ainda existentes nos HUFs, além do que consta na proposta da Ebserh; destarte, fez as seguintes solicitações: i) que seja realizado monitoramento mensal do planejamento de rescisões apresentado na presente reunião; e ii) que sejam apresentadas informações referentes a todos os vínculos precários existentes nos hospitais. Pontuou-se que, com o mapeamento completo dos dados referentes aos precarizados nos HUFs e com o planejamento de rescisão desses funcionários, será possível demonstrar ao MPOG, especialmente nas negociações de quadro de pessoal, que as providências adotadas pela Ebserh estão reduzindo despesas em suas filiais. A Presidente em exercício concordou; explicou que a proposta constante do item 3 da pauta foi decorrente de demandas dos órgãos de controle, mas que a solicitação do Conselho de Administração será prontamente atendida. Prosseguindo na apresentação, a CGI compartilhou a situação dos HUFs sob a gestão da Ebserh, subdividindo as filiais em três categorias: as com vínculos precários e com empregados contratados, que são 12 (doze); as que não têm vínculos precários CLT via fundação de apoio são 13 (treze); e as que têm vínculos precários CLT e ainda não têm empregados concursados contratados somam 5 (cinco). Já os hospitais que não têm contrato com a Ebserh estão divididos em duas categorias: os que têm adesão formalizada e estão em situação de pré-contrato, que são 9 (nove); e os que não têm adesão à Empresa, que são 10 (dez). Em seguida, abordou-se o item 4 da pauta, sobre o orçamento para contratações de pessoal da Ebserh. A Presidente em exercício comentou que o tópico é decorrente de solicitação do Conselheiro representante do MEC; por oportuno, apresentou o senhor Luiz Roberto Moselli como o novo Diretor de Gestão de Pessoas Substituto, o qual fez a explanação do tema. O Diretor Substituto informou, primeiramente, sobre a situação atual dos contratos da Ebserh: há contratos assinados para a gestão de 30 (trinta) unidades hospitalares; 3 (três) hospitais, vinculados a 2 (duas) Ifes estão com quadro autorizado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) do MPOG, no aguardo para assinatura de contrato; 7 (sete) HUFs estão com adesão formalizada, com os dimensionamentos de pessoal e de serviços assistenciais em andamento; e 7 (sete) estão com concursos em andamento. Foram apresentados os quantitativos referentes aos empregados contratados em todas as 30 (trinta) filiais, bem como a evolução do quadro de pessoal da Empresa, de junho de 2014 a março de 2015, com a previsão de que, em abril de 2015, haja cerca de 12.066 (doze mil e

sessenta e seis) empregados. A Presidente em exercício comentou que alguns dados têm apresentado evolução mais lenta, pois os HUs são influenciados por diferentes fatores, tais como taxa de comparecimento de convocados, lógica de mercado local de carreiras específicas, dentre outros; e citou como exemplo os casos das macas em Pronto Socorro de alguns Hospitais que não foram contabilizadas no dimensionamento de pessoal; o colegiado compreendeu a questão e alertou para que os indicadores sejam registrados de modo que se possa estabelecer um diálogo com o DEST/MPOG e rever algumas autorizações já publicadas. Na sequência, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) abordou a proposta de programação das contratações da Ebserh para 2015, com os quantitativos de março e as estimativas até o fim do ano, bem como com a respectiva evolução do gasto com pessoal; na comparação entre o orçamento disponibilizado e o necessário para 2015, foi constatada a necessidade de suplementação no valor de R\$ 1.073.860.530,26 (um bilhão, setenta e três milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e trinta reais e vinte e seis centavos), para a contratação de 14.369 (quatorze mil, trezentos e sessenta e nove) empregados já aprovados. O Conselheiro representante do MPOG indagou qual o parâmetro utilizado para se chegar ao valor da suplementação orçamentária; a DGP respondeu que foram levados em consideração os seguintes fatores: o compromisso de manter as contratações que já estavam programadas para os HUFs; a necessidade de substituição dos funcionários precarizados, conforme debatido no item 3 da pauta; e o empenho da Empresa em ampliar a prestação de serviços assistenciais em suas filiais. O colegiado solicitou, então, que sejam apresentados separadamente os valores necessários para as substituições dos precarizados e para as contratações ordinárias; solicitou-se também que seja informado até quando a dotação orçamentária atual atende às demandas da Ebserh. A Presidente em exercício explicou que a despesa de pessoal da Ebserh tende a aumentar, enquanto a das Ifes deve diminuir, à medida que ocorram as substituições de funcionários precarizados por empregados concursados; lembrou, ainda, da importância de a Empresa trabalhar em sintonia com o MS, particularmente pela questão dos leitos hospitalares, os quais têm impacto nas políticas locais. Sobre este assunto, o Conselheiro representante do MPOG solicitou que sejam apresentadas mais informações, para que o colegiado tenha maior clareza da situação atual. Os Conselheiros fizeram apontamentos para retificação de algumas informações constantes da Nota Técnica nº 002/2015 da DGP; e a Diretoria se comprometeu a fazer as devidas correções. Finalizando a reunião, o Conselheiro Presidente registrou a renúncia o Conselheiro Paulo Speller, representante do MEC. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, e deu por

encerrada a reunião, da qual eu  (Iara César Pereira Guerra), Secretária Geral da Ebserh, lavrei esta ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.


LUIZ CLAUDIO COSTA
Presidente


JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL


BRUNO MORETTI


ANA PAULA DO REGO MENEZES


ROMEU WELITON CAPUTO


NATALINO SALGADO FILHO